



## MUSEALIZAÇÃO DO HOLOCAUSTO

**Teresa Furtado**

*Investigadora do Observatório Político*

Como nos diz João Medicina, o Holocausto representa a *ferida mais premente da memória do século XX*. A impossibilidade de explicarmos tal evento em termos lógicos, assente numa argumentação que atue simultaneamente sob um ato de razão mas que não ignore o carácter iminente emocional que subjaz à compreensão, impõe à análise do enredo concentrário do campo a sua primeira e mais agreste barreira: *como?*. Ora, tal pergunta extravasa a sua própria intenção ao empurrar o observador para uma zona indefinida onde o peso da memória histórica se alia ao horror com que se depara. Poderá o espectador ter plena percepção daquilo que, na senda de Giorgio Agamben e Didi-Huberman, integra o indizível e o inimaginável? Qual a essência do horror que subjaz à visualização das imagens do campo de concentração? Podemos pensar a musealização do Holocausto, isto é, a sua comercialização, enquanto modo pelo qual se tenta dotar de inteligibilidade a realidade que circunda entre acontecimento-limite? Concerne o ímpeto deste *paper* apresentar o debate que circunda tais questões. Em último, concluiremos que apenas tendo presente o facto de o Holocausto representar um evento cuja explanação se encontra imbuída de uma dificuldade intrínseca, podemos pensar a necessidade da sua musealização bem como os contrassensos que lhe são inerentes.

---

A obliteração imposta pelo Poder Soberano de uma possibilidade de *cuidado do eu* do prisioneiro do campo de concentração, o facto de lhe ser retirada e anulada a sua identidade reflexiva, de serem condenados a uma vivência que os afasta das práticas que elegem o carácter subjetivo do *eu*, proclama o modo pelo qual a desumanidade é consagrada. Subjaz a tal afirmação o contributo retirado da leitura dos testemunhos de sobreviventes, este mesmo ato que baliza e delimita a nossa percepção dos acontecimentos *apesar do nosso próprio*



*mundo (estar) repleto, quase sufocado, de mercadoria imaginária*<sup>1</sup>. Para tal, a proibição da escrita, do contacto comunicacional, da fotografia, constituem os pilares sobre os quais o pensamento se esvai num esforço insacrificável de atingir o amanhã, onde a ausência dos dispositivos que permitem o emergir de uma reflexividade dissipa o exercício da introspeção, também ele, em grande medida, duplamente revogado: proibido pela *arcanum nazi* e anulado pela necessidade da sobrevivência na presença incessante de um esgotamento tal que não permitia à mente sentir nada mais para além daquilo que é corpóreo.

Quanto ao exposto a obra de Primo Levi, *Se isto é um Homem*, ao estar investido do peso do testemunho, aclama a precisão do vazio a que tantos se referem: o ato de simplesmente evitar verbalizar. A centralidade e a anulação inerentes ao dispositivo linguístico na apreensão desta topografia do horror, concerne um dos pontos críticos que nos remeterão, posteriormente, para a problemática das imagens do campo, isto é, para a fotografia e os seus atuais usos.

A linguagem, dispositivo por excelência da edificação da subjetividade e foco basilar da construção do campo simbólico, encontra nas suas manifestações – a fala ou a escrita – o modo pelo qual a violência que subjaz ao campo é fundada. Quer isto dizer que a violência imposta às vítimas do Holocausto encontra a sua primeira manifestação, e fonte de toda a posterior materialização do campo, no ato de classificar. Heidegger, ao qualificar a linguagem enquanto *casa do ser*, remete-nos para a sua inerente possibilidade de instrumentalização: o facto de esta ser a valência humana que, definindo-o enquanto tal, nos remonta para a atribuição de significância, ou seja, ao chamar a si o ato da pronúncia estabelece diacronicamente o ideal de segregação<sup>2</sup>.

A categorização que lhe é intrínseca permitiria em suma a materialização discursiva das diferenças entre nós e os que nos rodeiam sob o imperativo da defesa das barreiras simbólicas que fortalecem a necessidade de separação do *eu* relativamente ao *intruso incómodo* na senda de Freud<sup>3</sup>. O modo pelo qual o dispositivo linguístico é negado ou afastado das vítimas do Holocausto, este mesmo dispositivo único capaz de celebrar no debate filosófico a diferença entre as duas espécies do Éden – o Homem e o Animal –, ao ser constrangido enquanto posse é ato de instauração da desumanização daqueles que se encontram entre os excluídos. Em suma, a exclusão da esfera da palavra consagra o ponto em que a tentativa de estabelecer uma diferenciação entre o humano e o inumano se materializa<sup>4</sup>. O que subjaz à permissibilidade da fala entre os prisioneiros requer, de facto, a invocação de um contíguo de

<sup>1</sup> Didi-Huberman, Georges (2012) *Imagens apesar de tudo*, pp. 15.

<sup>2</sup> Slavoj, Žižek (2008) *Violência*, pp. 65.

<sup>3</sup> Idem, pp. 88.

<sup>4</sup> Agamben, Giorgio (2002) *O Aberto: O Homem e o Animal*, pp. 36.



conjeturas que nos dificultam a análise: embora não fosse expressamente proibido comunicar entre os prisioneiros do campo de concentração, não lhes era, categoricamente, dada total liberdade. No entanto, o ponto crítico que tal análise encontra e que converge no ideal de desumanização das vítimas prende-se, precisamente, pela ausência da premissa da sobrevivência. Quer tal dizer que aquilo que fundamenta a não proibição total da troca da palavra verbal, o que alicerça o facto de o prisioneiro não se encontrar duplamente encarcerado ao lhe ver negada a pronúncia, prende-se com a crença na efemeridade do que é dito: ao não lhes ser atribuído enquanto desígnio a sobrevivência, aquilo que é do campo da oralidade, ainda que com reverentes limitações, não foi concebido pelos nazis enquanto algo extensivamente proibido. Importava, no entanto, salvaguardar a certeza da não existência de testemunho que lhes era abonada pela certeza da morte daqueles que o poderiam vir a prestar. Ora, a certeza da não sobrevivência dos prisioneiros era apreendida enquanto garante que o testemunho jamais existiria, que o que ali era perpetuado ou verbalizado não passaria os muros de arame farpado que rodeavam o campo.

A exceção ao exposto, que nos chega pelo contributo de Didi-Huberman, prende-se com a realidade dos *Sonderkommando*<sup>5</sup>, conjunto de prisioneiros que no interior do campo se encontravam duplamente segregados. Estes, nunca mais de dez homens, eram os *escravos da câmara de gás*, aqueles que estavam excluídos do contacto com os restantes prisioneiros, com os quais não podiam comunicar, e apenas autorizados a comunicar com os SS responsáveis pelo seu comando, sendo-lhes expressamente proibido estabelecer qualquer contacto com os *SS não-iniciados*, isto é, que se encontravam ainda em processo de normalização da barbárie<sup>6</sup>. Enquanto auxiliares do extermínio, cabia-lhes guiar os seus semelhantes até à câmara de gás, fazendo-os acreditar na ilusão de um banho, gaseá-los, limpar os seus restos mortais, destruir qualquer excremento dos seus corpos ou aproveitá-los enquanto material para a terraplanagem de estradas em construção e, subseqüentemente, garantir que aquilo a que tinham assistido nunca pudesse ser comprovado: os restos mortais eram carbonizados e as câmaras de gás limpas de possíveis vestígios. Aquilo em que consiste a realidade destes prisioneiros para a compreensão da centralidade do dispositivo linguístico não advém apenas da dupla – na senda de Agamben talvez lhe teríamos de chamar tripla – exceção em que se encontram imbuídos. O rito de iniciação de tais homens passava pelo

<sup>5</sup> «*Sonderkommando*, que quer dizer “Comando Especial”, era o nome que os Nazis davam a unidades de trabalho compostas por prisioneiros nos campos de extermínio forçados ao papel de auxiliares no processo de extermínio, nomeadamente acompanhando as vítimas às câmaras de gás e destruindo os seus corpos uma vez gaseados. Em troca, os membros do *Sonderkommando* ganhavam mais alguns dias ou semanas de vida, mas como testemunhas privilegiadas de um processo que os nazis queriam manter escondido a todo o custo, eram assassinados de tempos a tempos, sendo a destruição dos seus corpos a primeira tarefa do novo *Sonderkommando*. Didi-Huberman in Dias, Bruno (2006) *A Imagem Sobrevivente*, Revista de Cinema Documental, nº4, Outubro

<sup>6</sup> Didi-Huberman, Georges (2012) *Imagens apesar de tudo*, pp. 17.



gaseamento daqueles que anteriormente ocupavam as suas funções. Por via deste processo de iniciação era-lhes dada a certeza da sua não sobrevivência: restavam-lhes dois a três meses de vida até que os seus sucessores lhes fizessem o mesmo.

É a partir dos relatos de Didi-Huberman da perseverança destes prisioneiros, que em contraste com os restantes não se deitavam com o “alívio” de terem sobrevivido mais um dia mas com a certeza que a morte certamente se aproximava a cada noite, que podemos recentrar o dispositivo linguístico e a imagem enquanto fatores inerentes da construção do Homem. Como nos diz o autor supracitado, o ímpeto com que ainda viviam estes prisioneiros, culpabilizados pela morte do seu povo, prende-se com o facto de podermos encontrar ações pelas quais subjaz a estes a ânsia da recuperação de tais dispositivos de inscrição do *eu*. Ao lhes ser inculcado o estigma da culpa, marco da singularidade da cultura ocidental, podemos encontrar o motivo pelo qual a premência com que viviam a necessidade de *serem testemunhos* lhes serve de motim a ações que certamente, caso descobertas, lhes imporiam o enfrentar “antecipado” da morte: por estarem certos da sua não sobrevivência restava-lhes, em sigilo, *confiar os seus segredos à terra*<sup>7</sup>. Aquando da sepultura dos restos mortais das vítimas da câmara de gás, aproveitavam para enterrar *escritos* que inseriam dentro de garrafas com os seus lamentos, mas principalmente, com o relato do que experienciavam. Tais *garrafas deitadas à terra* – embora nem sempre tivessem garrafas que lhes permitissem assegurar a durabilidade das suas mensagens – recentram o modo como aqueles, despojados de qualquer valor à vida, viam no testemunho a esperança que a realidade do campo ultrapassasse as barreiras de arame farpado. Didi-Huberman faz duas leituras das *condicionantes complementares* que envolvem tal acto: a certeza proclamada pelos SS do desaparecimento do testemunho e o receio de que mesmo que transmitido ao exterior tal testemunho desaparecesse por ser incompreensível<sup>8</sup>. Como escreve Zalmem Lewental ao seu papel que deixa nas escavações de Auschwitz, *o que se passa exatamente, nenhum ser humano é capaz de o representar*. Se os alicerces pelos quais se funda a singularidade humana são desviados na tentativa de uma *animalização do sujeito*, aquilo que é inerente ao *eu*, que resulta de todo um processo histórico de subjectivização, não lhes pode ser, e não o foram, interiormente extorquidos. É na certeza das características do dispositivo da escrita, a sua longevidade e a sua eficácia, que o testemunho é aqui empregue e que, muito provavelmente, o poderíamos definir enquanto uma escrita reflexiva mas essencialmente explicativa e testemunhal, que pretende devolver ao sujeito a subjectividade que lhe foi tendencialmente subtraída.

<sup>7</sup> Didi-Huberman, Georges (2012) *Imagens apesar de tudo*, pp. 15-18.

<sup>8</sup> Idem, pp. 21.



Ora, muitos são aqueles, como Agamben, Zizek, Didi-Huberman ou Janina Struk, que remontam a realidade do extermínio para o campo do indizível. Como se a linguagem encontrasse no elevar desta maquinaria de morte os seus próprios limites, ou por outra, que a realidade da banalidade de um mal infinito não achasse na linguagem a casa da sua compreensão que lhe retomaria o digno repouso. É tal o pressuposto que reitera o parecer de Agamben na sua obra *O que resta de Auschwitz*, o facto de este acontecimento, a terrível demonstração do horror pleno, nos depositar no campo do *indizível*, no campo do que a palavra, este dispositivo privilegiado, já não pode reportar e por isso afirma *trabalhar no próprio vazio da palavra*. Tal parecer quanto à limitação do verbal na expressividade plena do horror coexistiu e assentou a desesperança daqueles que habitaram o campo. Levi faz-nos chegar em diversos momentos da sua obra essa angústia perpetuada na sua vida de prisioneiro: a certeza de que, mesmo na exímia esperança da sobrevivência, aquilo que ali vivera nunca fosse perceptível ao comum humano, mais, que na ausência de provas e perante a impossibilidade de imaginar a concretização de tal barbária, o mundo jamais acreditasse na veracidade do testemunho que muitos, possivelmente, poderiam chegar a dar. Uma vez mais, tal frustração encontra a sua exemplificação num relato que nos chega também ele por Didi-Huberman. Num último ato de humanidade numa vida já ela desprovida de sentido, os prisioneiros do *Sonderkommando*, do Verão de 44, concebem um plano com o intuito de fotografar as atrocidades do horror e da desumanização que os circundava. Didi-Huberman relata o modo como um conjunto de prisioneiros, desacreditados da possibilidade de sobreviver, levaram a cabo o planeamento de um *dispositivo coletivo de vigilância* que lhes permitisse, de alguma forma, marcar o seu testemunho, fotografando a atrocidade que os circundava e conseguindo que tal dispositivo fosse extraído do campo e chegasse a mãos capazes de o imortalizar. Na impossibilidade de apreender tal fotografia na ausência de um espaço que o protegesse do olhar dos seus supervisores introduz-se o paradoxo inerente às mesmas: estas registam, numa sequência de 4 fotografias, a colocação de cadáveres num fosso crematório ao ar livre e um grupo de mulheres antes de serem forçadas a entrar numa câmara de gás, tendo sido esse mesmo o local que serviu de proteção ao fotógrafo<sup>9</sup>. O que aqui nos atinge prende-se com a necessidade sentida, de uma forma tão capital, deste conjunto de indivíduos, que habitavam entre um limbo permanente entre a não vida e a morte, de cumprirem a sua última missão numa vida sem referências humanas: a do testemunho. Na impossibilidade da palavra, na certeza de que o que poderiam vir a descrever se materializaria apenas na criação da dúvida quanto à veracidade dos relatos a captação momentânea do real parecia ser a última possibilidade de reportar o experienciado.

<sup>9</sup> Dias, Bruno (2006) A Imagem Sobrevivente. *Revista de Cinema Documental*, nº4, Outubro, pp. 61.





Na senda do exposto o que se pretende aqui argumentar prende-se com o facto de a realidade do campo, tal como a necessidade demonstrada pelo testemunho comprova, ser tanto da ordem do *indizível* como do *inimaginável*. A centralidade que o dispositivo fotográfico, com todas as lacunas inerentes ao que reporta algo sem captar a essência, adquire com o Holocausto remete-o para a sua instrumentalização plena enquanto dispositivo da memória histórica. Esta imagem não especular, não reflexiva, que incute uma nova configuração de subjetividade constitui o modo pelo qual se alcança a objetualização do corpo. Para Agamben o afastar do Holocausto do campo da linguagem, concebe-lo mesmo que positivamente enquanto algo *indizível*, mais não seria do que a repetição da ação nazi. O autor argumenta que apenas considerando o Holocausto algo único cujo testemunho deve fazer chegar a cada palavra que pronuncia a impossibilidade do dizer, apenas assim nos afastaríamos da *arcanum nazi*<sup>10</sup>. É este o ponto que parece não convencer Didi-Huberman: para o autor o que instiga a argumentação de Agamben prende-se com a não apreensão do facto do Holocausto ser tão da ordem do *indizível* como do *inimaginável* – *Pois em cada produção testemunhal, em cada ato da memória, ambos – linguagem e imagem – são absolutamente solidários, não cessando de compensar as suas respetivas lacunas: uma imagem surge frequentemente quando é a imaginação que parece falhar*<sup>11</sup>. A necessidade de imaginar, de tentar viver a realidade do campo é para Didi-Huberman a dívida que o sujeito comum contraiu perante aqueles que, por palavras ou imagens, nos reportam para a sua terrível realidade, dívida contraída pelo facto de ser tão mais difícil aos prisioneiros, *arrancar aos campos de concentração estes escassos pedaços de que somos agora depositários, do que o peso de os sustermos apenas com um olhar*<sup>12</sup>.

A necessidade do testemunho foi, indubitavelmente, um dos marcos mais sensíveis desta ferida permanente da História do século XX. O carácter que subjaz a importância do ato que proclama o testemunho serviu não só para a apreensão do modo como foi possível levar a cabo uma animalização do homem, a sua des-subjetivação, a sua aproximação ao limiar do abjeto, como para confrontar a História com a limitação daquilo que é passível de ser apreendido na ausência da experiência. Foi realmente nesta dobra do que é o limiar da desumanização do Homem que a linguagem e a imagem surgem aliadas no combate à ignorância.

A noção de horror que esbate com tais fotografias acarreta consigo um simbolismo que advém deste mesmo carácter *incompreensível* que subjaz ao Holocausto. É nos escritos de Batalhe que a tensão entre o trabalho de Agamben, na defesa do *indizível*, e a conceção de *inimaginável*, se reconciliam:

<sup>10</sup> Agamben, Giorgio (1998) *O poder soberano e a vida nua, Hommo Sacer*, pp. 38-39.

<sup>11</sup> Didi-Huberman, Georges (2012) *Imagens apesar de tudo*, pp. 43.

<sup>12</sup> Idem, 15.



Auschwitz é acima de tudo uma *possibilidade humana: o nexo entre a imagem (a produção do semelhante) e a agressividade (a destruição do semelhante)*<sup>13</sup>. A noção de horror em Batalhe consagra portanto aquilo sobre o qual assenta a limitação de ambas as concepções: Auschwitz tem de ser pensado na dependência da noção de *semelhante*. A noção de horror que subjaz às imagens do campo de concentração advém do facto de tanto a vítima que lhe é inerente como aquele que impele a ação, se encontrarem próximos de nós, quer isto dizer, o horror é manifesto da percepção de que tal barbária constitui um *signo do homem*, a sua produção e o seu excedente máximo. Ora, advertindo para o facto de não estar a confundir *vítimas* com *carrascos*, aquilo que inflige o arrepio do horror prende-se com a dupla proximidade que lhe subjaz: não se conecta apenas com aquele ao qual o sofrimento e a tortura foram infligidos – e por isso o horror poderia ser uma derivação do medo, um arrepio de nos imaginarmos naquela mesma situação de subversão humana – mas a inclusão na noção de semelhante do que age em prol da desumanização. E por isso escreve *não somos apenas as possíveis vítimas dos carrascos: os carrascos são semelhantes a nós*<sup>14</sup>. Quanto a tal João Medicina parece acrescentar algo: não é apenas do duplo esbate com o nosso semelhante que a percepção de horror nos invade, ela advém e é fruto inconsciente da possibilidade de delinear uma paralelismo com o *atropelo reiterado e sistemático dos direitos humanos* nos nossos dias<sup>15</sup>.

Parece-nos, no entanto, necessário circunscrever o modo pelo qual este *vazio* que o Holocausto proclamou na história o remeteu para níveis de instrumentalização tais, que o colocam hoje perante um *prestígio da mística*, que o sacraliza ou, nas palavras de Agamben, que nos leva a *adorá-lo em silêncio como se adoram os deuses*<sup>16</sup>. Bem certo é que o desejo da partilha da realidade do campo foi, indubitavelmente, assumido enquanto missão por muitos daqueles que integram o grupo de sobreviventes. Não só reportamos uma vez mais para Primo Levi, como remetemos para o facto de os “primeiros guardiões” de Auschwitz terem sido, na verdade, ex-prisioneiros polacos do campo que voltaram pouco depois da libertação comprometidos no desejo de contar ao mundo o que ali tinha acontecido<sup>17</sup>. No entanto, o modo pelo qual a interação entre a musealização e o capitalismo desmedido se consagram remete-nos para um outro debate, que ultrapassa a importância da manutenção emaranhada na memória histórica da brutalidade do extermínio, e nos remete para o modo pelo qual a fabricação do simbolismo é projetada. A invocação do Holocausto acarreta hoje consigo o simbolismo de algo que é

<sup>13</sup> Didi-Huberman, Georges (2012) *Imagens apesar de tudo*, pp. 49.

<sup>14</sup> Didi-Huberman, Georges (2012) *Imagens apesar de tudo*, pp. 57.

<sup>15</sup> Medicina, João (2001) *O silêncio de Deus em Auschwitz*, pp. 11.

<sup>16</sup> Agamben, Giorgio (1998) *O poder soberano e a vida nua, Homo Sacer*, pp. 205.

<sup>17</sup> Struk, Janina (2004) *Photographing the Holocaust – Interpretations of the Evidence*, pp. 45.



inviolável e ao qual ninguém se deve pronunciar a não ser mantendo presente a noção de horror. Žizek chama-lhe a *instrumentalização obscena do Holocausto*, que atinge hoje uma dimensão que lhe era ausente: a sua sacralidade. Esbatendo no aprisionamento de David Irving, por ter escrito um artigo onde demonstrava dúvidas quanto à real existência do Holocausto, muitos têm sido os autores a denotar o carácter sagrado que este trágico momento da história ocidental abarca nos dias de hoje<sup>18</sup>. No pensamento agambeniano, o Museu encontra a sua analogia história na concepção de Templo. Ao ser o manifesto claro da sociedade capitalista do locus da *impossibilidade de usar*, tal local, que ultrapassa uma concepção geograficamente identificável, reconduz o homem-turista ao confronto com aquilo que outrora representava a verdade e que sofre uma mutação para a aproximação ao que já não constitui um uso ou propriedade dos homens<sup>19</sup>.

O debate quanto ao tema prevê-se longo e imbuído de precisões que são imprescindíveis para o alcançar da sua compreensão. No entanto, um ponto parece-nos válido de apresentar na sequência do exposto: o modo pelo qual o Holocausto foi símbolo de uma tentativa de anulação do *cuidado do eu* encontra na sua musealização a tentativa de projetar, dado o carácter indizível e inimaginável que lhe subjaz, a transposição da sua experienciação. Quer isto dizer, na impossibilidade de se expressar por palavras ou imagens a total dimensão do que ali foi vivido, o incutir da sua experiência traumática a partir de uma teatralização do mesmo, emerge, progressivamente, como a sua atual manifestação. Reportamos assim ao United States Holocaust Memorial Museum, sedado em Washington, que assenta numa réplica do mundo carceral dos campos de concentração e extermínio: *portas metálicas, muros cinzentos, elevadores de aço, tons de cinzento, recantos escuros, tijolos avermelhados do ghetto de Varsóvia, luzes oblíquas, amontoamento de relíquias de prisioneiros gaseados- malgas de ferro onde os prisioneiros tomavam as suas magras refeições, milhares de sapatos amarfanhados, cabelos amontoados, um vagão de um comboio de deportação para Auschwitz-Birkenau – este museu reconstitui o Horror absoluto, é um círculo do Inferno – o último, o sétimo: o da suprema barbárie do séc.XX<sup>20</sup>*. Concebido com a finalidade de se tornar um centro pedagógico que incutisse aos visitantes o horror que acontecera assenta, por via da sua finalidade, na tentativa de impor a vivência alheia dos acontecimentos do campo. É dado ainda ao turista um bloco de quatro folhas cuja leitura deve acompanhar a visita dos quatro pisos do museu e que vai progressivamente contando algo de novo sobre o fim fatídico da vítima que lhe foi destinada, na última página, lida no final da exibição, revela-se o destino fatal da nossa personagem<sup>21</sup>. A visita começa com imagens da libertação

<sup>18</sup> Slavoj, Žižek (2008) *Violência* pp. 97-99.

<sup>19</sup> Agamben, Giorgio (2006) *Profanações*, pp. 121-122.

<sup>20</sup> Medicina, João (2001) *O silêncio de Deus em Auschwitz*, pp. 20.

<sup>21</sup> Struk, Janina (2004) *Photographing the Holocaust – Interpretations of the Evidence*, pp. 198.





americana que serve, segundo o museu, para orientar as pessoas que possam não ter conhecimento quanto ao que ali aconteceu. No primeiro andar encontramos ecrãs com fotografias dos momentos de libertação, chefiados pelas tropas americanas, todas elas datadas, ao mesmo tempo um altifalante projeta a voz de um soldado americano que repete consecutivamente: *things like this don't happen*. A entrada para o segundo andar faz-se através da passagem por dentro de um dos vagões de Birkenau e pela simulação do processo de seleção. Por esta via entram numa sala onde se deparam com o contraste de fotografias: sobrepostas umas as outras encontram-se fotografias que exemplificam a vida desumana no campo, a humilhação premente e a condição subnutrida das vítimas e que contrastam com fotografias que advêm de álbuns familiares privados e que registam a normalidade da vida das vítimas até lhes ser imposta a realidade do campo. Por via deste paralelismo é ali simulado o que o processo de seleção, a saída dos vagões e a chegada ao campo, simbolizava: o ponto onde a tensão entre a normalidade humana se confronta com a sua nova conceção de vida, a *vida nua* do prisioneiro, a partir de então desprovido de quaisquer alicerces constitucionais que consagrassem o garante dos seus direitos. Neste segundo andar o altifalante enuncia: “*who shall live and who shall die*”. Posteriormente avista-se a placa *Arbeit Macht Frei*, entrando no terceiro piso os visitantes são confrontadas com imagens do trabalho forçado dos prisioneiros, a decadência da doença, a brutalidade impressa<sup>22</sup>. Por último a exposição acaba com um momento de pausa onde se ouvem relatos de sobreviventes. Ainda antes da saída três enormes ecrãs mostram fotografias de indivíduos desmembrados, corpos que foram alvos de experiências médicas, as chamadas *cobaias humanas do campo*<sup>23</sup>.

Este microcosmo da realidade do campo remete-nos precisamente para o cerne do nosso argumento: é o esbater com a conceção daquilo que não é passível de entendimento na ausência da sua experimentação que o elevar de uma instrumentalização comercializável emerge. A impossibilidade de denominação e a incapacidade da imagem refletir, pela ausência que lhe subjaz, a realidade do extermínio, reportam o nosso quotidiano para a premissa “*sente, foi isto que eles sentiram*”, que ao tentar colocar o observador na posição de vítima lhe instiga a sensação da perda alheia. Tal instrumentalização concerne realmente uma preocupação atroz: é desta natureza dúbia, com um fraco vínculo àquilo que constitui o dever da memória histórica, que faz do Holocausto, este trágico evento, um produto comercializável. A exploração levada até às últimas consequências da tentativa de ultrapassar o indizível e o inimaginável, reportam-nos para lá da homenagem, para lá da sacralização do museu, reporta-nos sim para a reinstauração de uma des-subjetivação do Homem. Esta mesma des-subjetivação, aplicada às vítimas pela segunda vez, que as afasta de uma

<sup>22</sup> Medicina, João (2001) *O silêncio de Deus em Auschwitz*, pp. 20.

<sup>23</sup> Struk, Janina (2004) *Photographing the Holocaust – Interpretations of the Evidence*, pp. 206.



identidade singular, que as intui num enredo de simbolismo da ordem do inato, concerne em si a incapacidade ocidental de se reconciliar com a inconvivência e a ânsia de tornar palpável e sensível a unicidade individual inerente ao sujeito<sup>24</sup>.

**OBSERVATÓRIO POLÍTICO**

Av. Elias Garcia, nº 123 – 7ºE  
1050-098 Lisboa PORTUGAL  
Telf. (00351) 21 820 88 75  
geral@observatoriopolitico.pt

Para citar este trabalho/ To quote this paper:

Furtado, Teresa «Musealização do Holocausto», *Working Paper #14*, Observatório Político, publicado em 5/7/2012, URL: [www.observatoriopolitico.pt](http://www.observatoriopolitico.pt)

**Aviso:**

Os working papers publicados no sítio do Observatório Político podem ser consultados e reproduzidos em formato de papel ou digital, desde que sejam estritamente para uso pessoal, científico ou académico, excluindo qualquer exploração comercial, publicação ou alteração sem a autorização por escrito do respectivo autor. A reprodução deve incluir necessariamente o editor, o nome do autor e a referência do documento. Qualquer outra reprodução é estritamente proibida sem a permissão do autor e editor, salvo o disposto em lei em vigor em Portugal.

---

<sup>24</sup> Agamben, Giorgio (2006) *Profanações*, pp. 119-121.